



Ao Exmo. Senhor
Dr. Márcio Felix Carvalho Bezerra
Secretario de Petróleo, Gás Natural e combustíveis Renováveis
Ministério de Minas e Energia

Ref.: Consulta Pública da Iniciativa “Gás para Crescer” - Diretrizes Estratégicas para o novo mercado de gás natural no Brasil

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 2016

A ENGIE gostaria de agradecer ao Ministério de Minas e Energia por nos convidar a expressar nossa opinião a fim de gerar discussões e intercâmbios favoráveis entre as partes interessadas no setor de gás no Brasil. Comprendemos que tais interações são essenciais para iniciar a evolução na complexa regulamentação prevista.

Assim, a ENGIE vem por meio desta apresentar-lhe suas contribuições e reflexões com o objetivo de propor soluções e conceitos gerais sobre a abertura do mercado de gás no Brasil tomando, por exemplo, a abertura na Europa.

Como uma empresa de energia internacional experiente, a ENGIE reconhece que não existe um modelo único para todos, mas que cada país é único e deve ser organizado de acordo com suas particularidades.

Novamente, exprimimos a nossa gratidão pela oportunidade de participar desta iniciativa e ficamos a disposição para qualquer informação adicional que se faça necessária.

Atenciosamente,

Emmanuel Delfosse.
Chief Infrastructures and Gas Value Chain Officer
ENGIE Brasil





Gás para crescer

Antes de tudo, é relevante ressaltar que a evolução do mercado apresentada na Consulta Gás para Crescer **modificará profundamente e estruturalmente o funcionamento do mercado de gás** no Brasil, incluindo as funções e responsabilidades dos participantes no mercado, numa velocidade e com desafios maiores que aqueles que foram encontrados na liberalização do mercado de eletricidade.

É difícil imaginar que tais mudanças importantes não levarão tempo para serem cuidadosamente projetadas e totalmente implementadas. No caso da Europa, a abertura do mercado levou cerca de 10 anos. Neste sentido, gostaríamos de enfatizar a importância da **visão de longo prazo** para permitir que os participantes do mercado e investidores tomem as decisões mais eficientes. É fundamental que mudanças não sejam confundidas com incerteza. Em nossa opinião, isso requer **determinar objetivos claros**, apresentando desde o início a organização alvo do setor de gás, bem como **definir as modalidades do período de transição necessárias** para alcançá-las. O próprio processo de transição deve ser bem organizado, claramente identificadas as principais etapas deste processo, dando conforto às partes interessadas na maneira em que a reforma será desenvolvida.

No entanto, o futuro do fornecimento de gás natural do Brasil é **caracterizado por alguma incerteza**. O volume e a flexibilidade associados ao abastecimento vindo da Bolívia parecem ainda desconhecidos para o médio prazo. Algumas perguntas também cercam o gás doméstico disponível para o mercado em termos de volume, flexibilidade e linha do tempo, dependendo das descobertas do pré-sal e seu desenvolvimento. Ao mesmo tempo, e em conformidade com o Anexo 5 da Consulta, as necessidades de abastecimento de gás flexível aumentarão no futuro para abastecer as **usinas térmicas necessárias para complementar e assegurar** as hidrelétricas (redução da capacidade de reserva) e as usinas eólicas e solar (intermitência). Portanto, o processo lançado pelo Ministério de Minas e Energia (MME) deve permitir alguma agilidade e flexibilidade para adaptar as soluções considerando um ambiente de possíveis mudanças.

A **criação de um Comitê dedicado ou um Fórum** liderado por Autoridades Públicas para enquadrar o intercâmbio de ideias e posições poderia ser prosseguida. Tal Comitê deveria ser bem coordenado com uma agenda clara para discutir questões técnicas com detalhes suficientes e submeter recomendações. Essa abordagem permitiria que todas as partes interessadas compartilhassem informações relevantes e encontrassem as melhores formas de progresso em direção a um mercado de gás sob o quadro estabelecido pelo MME. Essa seria uma resposta prática aos principais princípios necessários para abrir um mercado: **transparência e acesso à informação**.

Acreditamos que os **ambiciosos desafios e assuntos complexos expostos nos anexos da consulta** demandam a formação de tal Comitê para serem discutidos e tratados corretamente. Na verdade, apenas uma troca profunda e completa entre as partes permitiria claramente identificar os problemas em todas as suas dimensões e propor respostas consistentes, já que muitos tópicos estão relacionados uns aos outros e qualquer proposta supõe uma avaliação específica.

O trabalho da Comissão alcançaria estes objetivos se definidos previamente **alguns princípios de funcionamento**:

- i. Entendimento comum sobre questões operacionais do setor, características e vocabulário de gás;
- ii. O **acesso a todas as informações técnicas e legais pertinentes** será concedido aos participantes para permitir a troca com melhor compreensão;
- iii. **Transparência** na discussão, especialmente em todos os aspectos relacionados com as atividades regulamentadas como os Monopólios Naturais e as Instalações Essenciais;



- iv. Seleção das partes interessadas garantindo representação de todos os agentes interessados no mercado de gás e efetividade das discussões;
- v. O intercâmbio deveria ser baseado em **regras de não discriminação e igualdade de tratamento** entre as partes interessadas sejam quais forem sua importância atual no mercado;
- vi. As autoridades públicas, e particularmente os órgãos reguladores e a EPE, trabalharão com total **independência** de qualquer influência política ou comercial, considerando apenas o interesse comum. Portanto, suas funções, responsabilidades e ferramentas devem ser definidas com clareza, garantindo sua independência. É crucial evitar possíveis conflitos de interesses e dar a possibilidade às partes interessadas de reivindicar e beneficiar-se das arbitragens imparciais.

Resumo Executivo

Considerando sua complexidade e a relação entre os diferentes tópicos descritos nos anexos, sugerimos que a reforma do setor de gás, apresentada pelo MME seja tratada por etapas dentro de uma ordem de prioridade pré-estabelecida. Gostaríamos de compartilhar **alguns princípios identificados** até agora na nossa visão:

- a) Cooperação: Recomendamos implementar o Comitê acima referido ou Fórum, incluindo a constituição de **Grupos de Trabalho** convidando representantes de todo o setor de gás para tratar em conjunto as questões relevantes de forma colaborativa e abrangente.
- b) Simplificação: As **regras fiscais e os impostos** que constituem encargo à implementação das trocas de gás e competição deverão ser identificadas e devidamente modificadas. O imposto deve ser justo, proporcional e não penalizar os negócios. O modelo de tributação deve permitir a previsibilidade de todos os agentes, incluindo a administração que os recebe. O imposto deverá incentivar desenvolvimentos de infraestruturas na medida que permite aumentar este mercado e, portanto, a base tributável.
- c) Transparência: A fim de identificar o custo das atividades reguladas, a separação contábil e jurídica são consideradas como boas práticas especialmente em transmissão e distribuição de gás claramente consideradas como instalações essenciais.
- d) Concorrência: **Regras de Acesso a Terceiros** (TPA) para os Monopólios Naturais e as Instalações Essenciais é pré-requisito para garantir a concorrência. No que se refere à transmissão de gás, seria necessário um Código de Rede, pois vários Operadores de Sistema de Transmissão (OST) seriam impactados. Isto implica:
 - Adoção da **metodologia de Entrada-Saída e as tarifas** para as redes, considerando a forma que serão estabelecidas as novas regras. Esse modelo oferece um acesso mais fácil e flexível para os pontos de entrada/saída de cada zona de mercado. Uma análise mais aprofundada deverá identificar os custos a serem cobertos (ou as receitas a serem permitidas ao operador) e a alocação de custos entre todos os pontos de Entrada e Saída,
 - A definição dos pontos de Entrada e Saída deverá envolver a criação de zonas de **balanceamento de gás** que, poderão inclusive apoiar o desenvolvimento de Ponto(s) Virtual(is) de Troca de Gás;

- **Regras de gerenciamento de congestionamento** deverão tratar quaisquer gargalos existentes nas redes de gás,
- **Capacidades não utilizadas** deverão ser valorizadas sendo acessíveis a todos, a fim de contribuir para otimizar o uso da infraestrutura existente com, por exemplo, a aplicação do princípio de *use it or lose it* para desenvolver produtos interrompíveis e mercados secundários de capacidade,

Com relação ao acesso aos terminais existentes de GNL e às unidades de tratamento de gás associadas aos gasodutos de escoamento, consideramos que devem ser tratados de formas específicas (por Grupos de trabalho dedicados), pois pode ser mais complicado para ser implementado do que para a rede de transporte de gás. A aplicação do TPA ao desenvolvimento de novas infraestruturas deverá ser tratada em uma base caso a caso de acordo com seu impacto na concorrência e a fim de incentivar investimentos.

- e) As distribuidoras são o cerne do mercado de gás e seu desenvolvimento. Em uma visão vertical da Cadeia de Valor de Gás de montante para jusante, elas são instalações essenciais que dão acesso ao gás e portanto, ao mercado. Elas têm também um papel chave em uma visão horizontal da cadeia de valor do gás devido ao gás *onshore*, biometano e uso local de gás como GNL de pequena escala. Considerando isso, a regulamentação da distribuição de gás deve ser aprimorada para suportar a visão do novo mercado de gás.
- f) Crescimento: A eficiência e o desenvolvimento do mercado de gás dependerão do **desenvolvimento adequado das infraestruturas de gás** para permitir ou facilitar o crescimento do mercado. Especialmente as infraestruturas que trazem maior flexibilidade devem ser consideradas: dutos para evitar congestionamento físico do sistema, novas instalações de importação e estocagens subterrâneas de gás, de forma que não reprima a concorrência.
- g) Sinergias entre setores elétricos e de gás: Com relação ao ponto anterior, as regras do **despacho de termelétricas (TPP) a gás e as condições para a criação de novas unidades** devem ser discutidas. Como o sistema elétrico é a principal fonte de necessidade flexível do lado da demanda e que a flexibilidade é onerosa para o setor de gás e, conseqüentemente, para o usuário de gás, as autoridades devem melhor integrar as conseqüências do funcionamento das termelétricas a gás para os operadores e fornecedores de gás. Na avaliação do desenvolvimento do setor energético do país, as autoridades devem otimizar os dois setores, tendo em vista que é geralmente mais barato movimentar gás que eletricidade e que, as unidades térmicas por estarem próximas da área de consumo contribuem para a confiabilidade do sistema (Por exemplo, a conexão entre o Reino Unido e a Holanda, o custo do gasoduto de 235 km é 11 EUR / kW / 100 km quando o BritNed custa 230 EUR / kW / 100 km para 250 km offshore de conexão elétrica offshore. www.bblcompany.com/about-bbl www.britned.com). O gás natural aparece como o parceiro ideal das energias renováveis, providenciando energia confiável e flexível para segurar o setor elétrico baseado em fontes renováveis e intermitentes no Brasil.

Centrais térmicas trazem externalidades positivas, que não são totalmente valorizadas pelo sistema elétrico e que devem ser reconhecidas. Consideramos também alguns pontos específicos que sugerimos serem revistos. As limitações intrínsecas do setor de gás no Brasil não permitiriam evitar cláusulas contratuais de *Take-or-Pay* (ToP) (preços fixos e estáveis) nos contratos de fornecimento de gás das usinas térmicas. Portanto, o desenvolvimento de ferramentas para gerenciar este ToP deve ser incentivado: criar novas infraestruturas de gás considerando estocagem, permitir o Acesso de Terceiros, facilitar as trocas de gás entre os participantes no mercado, etc.. Aumentar o despacho das novas termelétricas a gás (considerando que não aumentaria significativamente o vertimento das hidrelétricas) irá permitir uma otimização do contrato de gás e, em conseqüência, a variação da fonte GNL poderia ser mais regular. Isto abrirá o acesso regular de capacidade no terminal de GNL e promoverá o mercado industrial. Outra opção seria a discussão



de inflexibilidade anual, aumentando o prazo de 60 dias para entrega de carga que levaria a maior estabilidade de preço no mercado internacional, diminuindo a exposição ao mercado de curto prazo.

Período de transição

A organização do **período de transição** deve ser a mais pragmática possível. Enfatizamos o papel chave a ser desempenhado pelo incumbente para garantir o equilíbrio do sistema de gás e a segurança do abastecimento. Com o afastamento progressivo do monopólio verticalizado, a responsabilidade das atividades será dividida entre vários participantes. As autoridades devem definir claramente as regras para garantir a continuidade e a segurança do abastecimento. Isso supõe, por exemplo, avaliar o risco do sistema (exposição, probabilidade, custo, impacto e aceitabilidade), para determinar as obrigações e responsabilidades de cada participante (comerciantes de gás, Operadores Independentes) e estabelecer planos de emergência.

Durante este período, todas as prioridades identificadas acima devem ser analisadas e um monitoramento do mercado deverá ser implementado via a criação de ferramentas com objetivo de **tornar o fornecimento de gás** disponível **as novas empresas** e potenciais concorrentes. *Gás Release* poderia incentivar a concorrência se for capaz de constituir um portfólio de gás para tornar as ofertas competitivas, ou seja, incluindo flexibilidade, volumes e durações, para comercializadoras. O acesso às capacidades de transporte de gás deve estar associado a essa disponibilização de gás.

O MATERIAL ACIMA FOI PREPARADO A TÍTULO EXCLUSIVO DE COLABORAÇÃO PELA ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA., CONSIDERANDO INFORMAÇÕES OBTIDAS DE FONTES PÚBLICAS. A ENGIE BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA. NÃO SE RESPONSABILIZA PELO USO DE SEU CONTEÚDO, QUE NÃO REPRESENTA A ASSUNÇÃO DE QUALQUER COMPROMISSO PELA SIGNATÁRIA.